

Ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte e cinco de janeiro de dois mil e seis

Estiveram presentes à reunião: Sra. Ana Paula S. Augusto, representante dos trabalhadores dos serviços privados; Sra. Edna Franco de Sousa, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sra. Elizabeth Gama Miranda, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sudoeste; Sr. Erindo Mariano Jr., representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Noroeste; Sra. Ezenilda S. Silva, representante das associações de portadores de deficiência e/ou patologias; Sr. João Xavier, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sul; Dr. José Francisco Kerr Saraiva, Secretário Municipal de Saúde; Sr. José Paulo Porsani, representante do Movimento Sindical; Sr. Kurt Keller, representante do Movimento Popular de Saúde; Sra. Leonilda B. Cabrera, representante do Movimento Popular de Saúde; Dra. Lígia Ap.N. de Almeida, representante dos serviços de saúde municipais; Sr. Luverci Rocha, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Leste; Sra. Maria Ivonilde Vitorino, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sra. Maria Izabel N. Marques, representante dos conselhos de classe; Dra. Nadja M.M. Abdalla, representante da Diretoria Regional de Saúde; Dr. Odorino H. Kagohara, representante da PUC Campinas; Sr. Paulo Sérgio Gomes, representante do Movimento Sindical; Dr. Pedro Humberto Scavariello, representante da Secretaria de Saúde; Dr. Rober T. Hetem, representante do Hospital Mário Gatti; Dra. Taniella C. Mendes, representante das entidades de classe; Sra. Antonia Bersi, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sudoeste; Sr. Edison M. Silveira, representante suplente dos serviços de saúde municipais; Sra. Isabel P. de Oliveira, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Noroeste; Sr. José David Santomauro, representante suplente dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Dra. Maria Cecília B. Piovesan, representante suplente da Secretaria de Saúde; Sr. Ricardo C. Moura, representante suplente das associações de portadores de deficiência e/ou patologias; Dr. Simão Raskin, representante suplente dos prestadores de serviços não hospitalares; Sra. Soeli A.M. Gava, representante suplente do Movimento Popular de Saúde; Sra. Sílvia S.T. Nicolau, secretária do Conselho; funcionários da Secretaria de Saúde; conselheiros locais de saúde; residentes da UNICAMP. Justificaram ausência: Sra. Cristiane S. Ferreira, representante do Movimento Sindical; Sra. Cristina R. Silva, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Norte; Sr. Edilson Baqueiro, representante dos serviços de saúde da PUC Campinas; Sr. Gustavo M. Frias, representante do Movimento Sindical; Sr. José Araújo S.Filho, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. José Luiz Zétula, representante do Movimento Sindical; Dr. Luiz Carlos Zeferino, representante da UNICAMP; Sra. Solange Ap. Moraes, representante dos prestadores de serviços não hospitalares; Sra. Suely F. de Oliveira, representante do Movimento Sindical. Faltaaram: Sr. André L.C. Fonseca, representante dos hospitais filantrópicos; Dra. Mary Angela Parpinelli, representante dos serviços de saúde da UNICAMP; Waldomiro Aprile Jr., representante do Movimento Popular de Saúde.

A pauta da reunião constava dos seguintes itens: 1) Aprovação das atas das reuniões de 23.11.05, extraordinária de 29.11.05 e de 14.12.05; 2) Apresentação do Secretário Municipal de Saúde; 3) Assistência Farmacêutica; 4) Informes.

A reunião foi coordenada pelos senhores Paulo Sérgio, Maria Ivonilde e Sílvia. Foi convidado para compor a mesa, também, o Dr. José Francisco Saraiva, Secretário Municipal de Saúde. Sra. Ivonilde iniciou a reunião colocando em votação as atas das reuniões anteriores, tendo sido a ata da reunião de 23.11 aprovada com 3 votos contrários e 3 abstenções, a da reunião extraordinária de 29.11. aprovada com 5 abstenções e a da reunião de 14.12 aprovada com 1 voto contrário e 2 abstenções. Em seguida, em nome do Conselho, desejou boas vindas ao Secretário, passando-lhe a palavra para suas considerações. Dr. Saraiva iniciou sua fala agradecendo a oportunidade de participar do Conselho e declarou estar muito satisfeito em poder colaborar com o município. Considerou que é necessário resgatar e aprimorar vários pontos em que sabidamente há dificuldades e reiterou o compromisso de priorizar a população dependente exclusivamente do SUS, sendo este seu objetivo e o motivo de ter aceitado o convite para ocupar o cargo. Pediu o apoio e colaboração de todos, pois entende que não é possível realizar nenhuma ação sem o apoio e, principalmente, a legitimação da comunidade. Colocou a Secretaria à disposição de todos para que, de um lado, seja possível identificar as maiores dificuldades e pontos mais críticos nesse momento e, de outro, poder empenhar-se na busca da melhoria da assistência à população, sem cor partidária, sem ideologia, reforçando que ao falar de assistência à saúde não se referia somente à assistência médica e sim à equipe multidisciplinar. Aberta a palavra aos presentes, manifestaram-se os senhores: Paulo Sérgio, Kurt, Moacir, Coordenador do Sindicato dos Servidores, Ricardo, Cláudio, do CLS Taquaral, tendo sido apresentados alguns questionamentos: falta de recursos humanos, materiais e medicamentos; necessidade de aumento nos investimentos; exigência de cumprimento, por parte dos hospitais conveniados, da lei 10241, principalmente no que se refere ao acompanhamento dos doentes; bom relacionamento com o Sindicato; orçamento insuficiente; ampliação da parceria, tanto com a comunidade quanto com as demais Secretarias. Respondendo às questões colocadas, Dr. Saraiva declarou não acreditar que possa haver crescimento sem participação. Sobre o CS Itajaí informou ser essa unidade motivo de grande preocupação e que estão sendo enviados esforços para solucionar os problemas. Quanto à falta de medicamentos, informou que estaria sendo verificada a possibilidade de deslocamento de uma unidade para outra, pois, nesse momento, não haveria desabastecimento por falta de pagamento. Com relação ao acompanhamento de pacientes, informou que o hospital da PUC vem cumprindo a legislação, além de estar desenvolvendo o projeto de fila zero. Sobre o relacionamento com o Sindicato e os trabalhadores colocou que, independente de pontos divergentes, certamente será bom. Na sua opinião, falta aprimorar a gestão e melhorar a captação de recursos, pois o crescimento vegetativo da cidade faz com que qualquer orçamento seja insuficiente, sendo necessário buscar recursos, o que deve ser feito pela comunidade juntamente com o gestor. Considerou leviandade de sua parte fazer qualquer comentário sobre o orçamento naquele momento, reforçando ser necessário melhorar a gestão e resgatar o compromisso do médico, e da equipe com um todo, com a comunidade. Declarou ter grande preocupação com a região leste e informou que há projeto de criação de Pronto Socorro para a região. Com relação à infraestrutura posicionou-se no sentido de que é preciso fazer mutirão para recuperação das unidades e que não há possibilidade de apagar todos os incêndios nesse momento, assumindo o compromisso de buscar, junto a outras Secretarias, meios para fazê-lo. Reaberta a palavra aos presentes, inscreveram-se os senhores Junior, Walter, do CLS São Cristóvão, Antonia, Ivonilde, Raildo, do CLS Parque da Figueira, Rosângela, do Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP, Lino, Vice-Presidente do Fórum de ONGs AIDS, Yara, Xavier, Haydée, Coordenadora do CS Vila Ipê, Porsani, Felipe, estudante da FCM UNICAMP e Ezenilda, apresentando as seguintes questões: melhoria da comunicação para que as decisões cheguem até os usuários com transparência; o olhar de todos deve estar voltados para a defesa do SUS; solicitação de apoio ao CMS e ao Secretário com relação aos problemas vividos pelo Hospital de Clínicas da UNICAMP, bem como à criação de conselho gestor; desinteresse pelas demandas da saúde elencadas no Orçamento Participativo, por exemplo a questão da construção do CS Parque Oziel, reivindicação que data de 1997; falta de leitos de retaguarda e é preciso dar ênfase à atenção básica, pois é quem modela o sistema de saúde. Dr. Saraiva concordou com a Sra. Rosângela sobre o fato da saúde ser pública e dever do Estado, não se tratando de questão de mérito e sim de direito. Respondendo ao Sr. Xavier, declarou haver grande preocupação com o Distrito Sul por causa da exclusão local, devendo ser desencadeados projetos para resgatar a região, sendo uma das que atualmente mais carece de recursos. Agradeceu as palavras da Dra. Haydée, mas posicionou-se no sentido de entender a angústia das pessoas devido ao grande número de problemas enfrentados, reforçando a necessidade de que haja melhor comunicação para que as decisões cheguem ao usuário. Em relação ao questionamento do Sr. Porsani, declarou que o Conselho Municipal de Saúde decidiria se o Secretário deveria ou não ser candidato à Presidência do Conselho. O próximo ponto da pauta era a discussão referente à Assistência Farmacêutica. Antes de passar a palavra à Sra. Maria Elisa, coordenadora do Programa, Sra. Sílvia esclareceu que o assunto havia sido pautado por solicitação dos usuários membros da Secretaria Executiva do Conselho. Sra. Maria Elisa colocou que, na atual gestão, a assistência farmacêutica passou a integrar os programas do Departamento de Saúde, englobando as atividades de seleção, aquisição, armazenamento, distribuição, utilização e farmacovigilância. Em 2005, uma das prioridades foi a revisão da lista padronizada de medicamentos, revisão essa realizada por técnicos das áreas programáticas do Departamento. Essa revisão teve como norteadores: as portarias do Ministério da Saúde, que estabelecem a Política Nacional de Medicamentos e definem as diretrizes, prioridades e responsabilidades da assistência farmacêutica dos 3 níveis de governo, bem como estabelecem normas, responsabilidades e recursos a serem aplicados no financiamento da assistência farmacêutica na atenção básica e definem o elenco mínimo obrigatório de medicamentos; o programa de medicamentos da Secretaria de Estado da Saúde (Dose Certa); a 1ª Conferência Municipal de Assistência Farmacêutica realizada em 2002; protocolos, portarias, diretrizes e determinações das áreas técnicas programáticas. Os critérios de seleção definidos foram: medicamento de valor terapêutico comprovado, com baixa toxicidade, de composição conhecida, excluindo-se, sempre que possível, as associações; medicamentos integrantes da RENAME; que tenham impacto na saúde da população; forma farmacêutica, apresentação e dosagem considerando a comodidade de administração aos pacientes, faixa etária, facilidade de cálculo da dose a ser administrada e facilidade de fracionamento ou multiplicação das doses. Com relação às matérias divulgadas pela mídia esclareceu que os 90 itens apontados referiam-se aos princípios ativos e os conhecidos pelo Conselho às apresentações de todos os itens, inclusive os específicos, de Pronto Socorro e SAMU. Aberta a palavra aos presentes, participaram da discussão os senhores Paulo Sérgio, Izabel, André, médico da Coordenadoria de Vigilância em Saúde, Edna, Leonilda, Junior, Moacir e David, tendo apresentado alguns questionamentos, tais como: garantia de não faltar mais medicamentos na rede; necessidade de capacitação dos trabalhadores; problemas com os preservativos fornecidos; ampliação do fornecimento de medicamentos por parte do governo federal; criação de comissão tripartite para acompanhar os trabalhos da revisão da lista de medicamentos. Respondendo às questões colocadas, Sra. Maria Elisa considerou importante lembrar que o objetivo de uma lista não é contemplar todos os medicamentos que existem no mercado e sim atender as principais necessidades da população. Esclareceu que os medicamentos injetáveis continuarão sendo aplicados nas Unidades e que a lista específica para os Pronto Atendimento, Pronto Socorros e SAMU está sendo concluída. Concordou que há necessidade de capacitar os funcionários e informou que esse processo já estaria sendo desencadeado. Com relação aos preservativos, Sra. Nilda esclareceu os motivos que fizeram com que a Secretaria optasse por aqueles que estariam sendo fornecidos naquele momento, problemas esses que já estavam sendo solucionados. Sobre a falta de medicamentos colocou que os problemas realmente existem, mas que estão sendo realizados todos os esforços para que a situação se regularize. Dr. Saraiva posicionou-se no sentido de que a lista de medicamentos é técnica e foi elaborada por técnicos, tendo sido retirados aqueles de efetividade duvidosa e acrescentados alguns que interferem na sobrevida dos pacientes, considerando que, mais uma vez, houve falha na comunicação entre Secretaria, Distritos e Unidades, reforçando a necessidade de haver colaboração e compromisso entre todas as partes envolvidas. Finalizando, agradeceu a todos pelas colocações, esperando que a convivência entre Conselho e a Secretaria seja de parceria e bastante transparente e que haja possibilidade de caminhar no resgate dos problemas atuais, não esquecendo de tudo o que já foi construído ao longo dos anos e que transcende mandatos. Passando para os informes, Sra. Sílvia solicitou, em nome da comissão organizadora da 7ª Conferência Municipal de Saúde, a alteração da data prevista para sua realização para os dias 07 a 09 de abril, o que possibilitaria melhor preparação, além da comemoração do Dia Mundial de Luta pela Saúde. A solicitação foi aprovada com um voto contrário. Nada mais a ser tratado, encerrou a presente ata, a qual assino com os demais presentes.

retorna a relação de atas do CMS

